



Exploração, Superexploração, Dependência e Luta de Classes: uma análise com base na visão de distribuição de Marx

Carlos Schmidt¹

Resumo

O artigo discute a reprodução da força de trabalho (FT) enquanto uma dimensão central do processo de produção das condições materiais de existência das classes sociais e suas frações. Construindo mediações entre as formas mais abstratas e as questões concretas do padrão de reprodução da FT nos países periféricos, o autor pretende estabelecer um diálogo entre a Teoria Marxista da Dependência (TMD), originada nos estudos de Ruy Mauro Marini, e a Escola da Regulação Francesa. As duas correntes teóricas têm a preocupação comum de aproximar as categorias e análises marxistas da realidade concreta: a teoria da dependência, buscando especificidades da reprodução do capital e FT nos países dependentes, articuladas com a reprodução do capital em escala global; e a escola de regulação introduzindo de forma mais explícita a história nas transformações no modo de regulação do sistema. O texto estabelece as bases para compreender as múltiplas formas de exploração dos trabalhadores, que passam não só pela relação mais imediata com o capital, como também pelo direcionamento dos recursos (valor) apropriados pelo Estado de modo a destacar que a esfera da circulação tem importância fundamental, ao contrário da crença difundida de que esta tem, para Marx, importância menor que a esfera da produção.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência. Escola de Regulação Francesa. Superexploração. Luta de classes.

Explotación, Superexplotación, Dependencia y Lucha de Clases: un análisis desde la visión de distribución de Marx

Resumen

El artículo discute la reproducción de la fuerza de trabajo (FT) como una dimensión central del proceso de producción de las condiciones materiales de la existencia de las clases sociales y sus fracciones. Construyendo mediaciones entre las formas más abstractas y las cuestiones concretas del patrón de reproducción da FT en los países periféricos, el autor pretende establecer un diálogo entre la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD), originada en los estudios de Ruy Mauro Marini, y la Escuela da Regulación Francesa. Las dos corrientes teóricas tienen la preocupación común de aproximar las categorías y análisis marxistas de la realidad concreta: la teoría de la dependencia, buscando especificidades de la reproducción del capital y FT en los países dependientes, articuladas con la reproducción del capital en escala global; y la escuela de regulación introduciendo de forma más explícita la historia en las transformaciones en el modo de regulación del sistema. El texto establece las bases para comprender las múltiples formas de explotación de los trabajadores, que pasan no solamente por la relación más inmediata con el capital, como también por lo direccionamiento de los recursos (valor) apropiados por el Estado de modo a destacar que la esfera de la circulación

¹ Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integra o Núcleo de Economia Alternativa/UFRGS. Correio eletrônico: c.ximitao@gmail.com. Este artigo foi escrito com a colaboração dos acadêmicos de Ciências Econômicas Allan Garcia e Manoela Flores, a quem agradeço.

tiene importancia fundamental, al revés de la creencia difundida de que esta tiene, para Marx, importancia menor que la esfera de la producción.

Palabras-clave: Teoría Marxista de la Dependencia. Escuela de la Regulación Francesa. Superexplotación. Lucha de clases.

Exploitation, over-exploitation, dependency and class struggle: an analysis based on Marx's view of distribution

Summary

The article discusses the reproduction of work force (WF) as a central dimension of the process of production of the material conditions of existence of social classes and their fractions. Building mediations between the more abstract forms and concrete issues concerning the working force pattern of reproduction in countries of the periphery, the author intend to establish a dialogue between the Marxist Theory of Dependency (MTD) and the studies of Ruy Mauro Marini, and the French School of Regulation. Both theoretical perspectives share the same preoccupation regarding the approximation of Marxists categories and analysis to the concrete reality: dependency theory looking for the specificities of capital and working force reproduction in dependent countries; and the school of regulation, introducing in a more explicit way, the history of the transformations in the ways of system regulation. The text establishes the basis to understand the multiple forms of workers exploitation, including not only the immediate relationship with the capital, but also the use of resources appropriated by the state. The aim is to demonstrate that the sphere of circulation is of great importance, contrary to the usual belief that considers this one to be of less importance than the sphere of production.

Key words: Marxist Theory of Dependency. French School of Regulation. Over-exploitation. Class struggle.

Introdução

A totalidade social, para Marx, não é o somatório dos componentes individuais da sociedade, mas uma unidade complexa de elementos que a compõem (OSÓRIO, 2004). Assim, para compreender como as classes sociais e suas frações se relacionam para produzir suas condições materiais de existência, é necessário perceber estas articulações nas suas diversas dimensões, inclusive temporais e espaciais.

O tema que nos ocupa, a reprodução da força de trabalho (FT), é uma dimensão central deste processo. Procuramos, então, avançar construindo mediações entre as formas mais abstratas e as questões concretas do padrão de reprodução da FT nos países periféricos. Neste intento, pretendemos estabelecer um diálogo entre a teoria marxista da dependência (TMD), originada nos estudos de Ruy Mauro Marini, e a escola da regulação francesa. Acreditamos que estas duas correntes teóricas têm em comum a preocupação de aproximar as categorias e análises marxistas da realidade concreta: a TMD buscando especificidades da reprodução do capital e da FT nos países dependentes em articulação com a reprodução do capital em escala global; e a escola de regulação introduzindo de forma mais explícita a história nas transformações no modo de regulação do sistema.

Assim procedendo, acreditamos realizar o objetivo expresso por Helen Wood (*apud* MONTENEGRO, 2012, p. 114):

O propósito do Marxismo é fornecer uma fundamentação teórica à interpretação do mundo, com o objetivo de transformá-lo. Este não é um *slogan* vazio. Ele tem, ou deveria ter, um significado muito preciso. Ele significa que o marxismo busca um tipo particular de conhecimento que é capaz, de forma única, de iluminar os princípios do movimento histórico e, ao menos implicitamente, os pontos que a ação política pode intervir de forma eficaz. Isto não é o mesmo que dizer que o objetivo da teoria marxista é descobrir um programa ou técnicas de ação ‘científicas’. Na verdade, o objetivo é fornecer um modo de análise especialmente bem equipado para explorar o terreno no qual a ação política deverá ter lugar. Pode-se argumentar, no entanto, que o marxismo frequentemente desde Marx perdeu de vista este projeto teórico e seu caráter quintessencialmente político. Isto é particularmente verdade na medida que os marxistas têm, de diversas formas, perpetuado a rígida separação entre o “econômico” e o “político” que tão bem tem servido a burguesia desde que os economistas clássicos descobriram a economia em abstrato e começaram a esvaziar o capitalismo de seu conteúdo social e político.

Neste sentido, buscaremos construir as bases para compreender as múltiplas formas de exploração dos trabalhadores que passam não só pela relação mais imediata com o capital, como também pelo direcionamento dos recursos (valor) apropriados pelo Estado. Assim, é preciso compreender que a esfera da circulação tem importância fundamental, ao contrário da crença difundida de que esta tem, para Marx, importância menor que a esfera da produção (GRESPLAN, 2011).

Antes de avançar lembremos que a teoria neoclássica trata o tema da distribuição através do teorema de Euler, que distribui o produto gerado pela sociedade entre o capital e o trabalho proporcionalmente às magnitudes dos fatores e as suas respectivas produtividades marginais. Sendo assim, as funções de produção compatíveis com o teorema têm pouca aderência com a realidade.

Retomando o campo do marxismo, nossa referência em termos mais abstratos é o momento em que Marx aborda o tema da distribuição, no livro III d’O Capital. Seu esquema não incluía o Estado, pouco relevante em termos da participação do produto social no seu tempo. No entanto, atualmente a situação é bem diversa com o Estado canalizando parte importante do PIB (cerca de 36% no Brasil, p. ex.). Como o Estado não é um ente abstrato com interesses próprios, embora tenha autonomia relativa em relação às classes sociais no poder, seus recursos vão ser direcionados prioritariamente para atender os interesses dos capitalistas e, dentre esses, das frações hegemônicas do capital. Além disso, tem que responder de alguma maneira às demandas populares de forma a garantir sua legitimidade.

Portanto, a luta de classes está sempre presente na disputa (e constituição) dos recursos do Estado. Desvendar os mecanismos de arrecadação e distribuição destes recursos significa atender ao apelo de Helen Wood antes mencionado. Armar os lutadores sociais, os

trabalhadores e a população para o enfrentamento destas questões significa, entre outras coisas, evitar as divisões entre usuários e prestadores dos serviços públicos e, a partir da compreensão global destes processos, perceber com clareza onde estão os privilégios e em que direção orientar as lutas.

Este texto, além dessa introdução, tem um segunda seção que explora as complementaridades e diferenças entre as teorias da regulação e da TMD, com foco na reprodução da FT. A terceira seção trata do tema da distribuição em sintonia com o aporte teórico da seção 2, destacando as questões da saúde e educação. Finalmente, seguem as considerações finais.

Teoria da Dependência e da Regulação: convergências e diferenças

Tanto a teoria da regulação como a TMD podem ser vistas como mediações entre as categorias e leis gerais marxianas e a realidade concreta.

A teoria da regulação fornece uma grade de leitura da realidade que analisa os processos econômicos e sociais no tempo e no espaço, procurando relacionar a dinâmica da acumulação a partir das suas determinações mútuas. As formas institucionais que conjugadas regulam (pilotam) a acumulação de capital são seis: relação salarial; forma da moeda; forma da concorrência; forma do Estado; modo de adesão (de relação) com a Economia internacional (BOYER, 1986; LIPIETZ, 1988). Essas formas institucionais são possibilidades associadas ao regime (padrão) de acumulação; elas são constituídas historicamente a partir da ação consciente ou inconsciente dos homens e classes sociais.

Para ficar mais claro, vamos dar um exemplo. O regime de acumulação intensiva, centrado nos ganhos de produtividade entrou em crise devido ao modo de regulação (resultando na crise de 1929), uma vez que os ganhos de produtividade eram primordialmente apropriados pelo capital, criando um problema de superacumulação do capital (inclusive financeira) dada a incompatibilidade dinâmica entre produção e realização das mercadorias.

A partir do pós-guerra, no ocidente desenvolvido, a correlação de forças entre as classes sociais² possibilitou a existência de uma relação salarial baseada no contrato coletivo de trabalho na qual os ganhos de produtividade também eram repassados para os salários, permitindo que esses realizassem a produção crescente, criando um círculo virtuoso de aumento da produtividade, produção pelo lado da oferta e, através dos repasses da

² As burguesias europeias em grande parte aderiram ou colaboraram com o nazifacismo; os trabalhadores e partidos de esquerda foram a espinha dorsal da resistência. Estes fatos, somados à autoridade moral da União Soviética, que enfrentou o grosso da máquina de guerra nazista, criaram uma correlação de forças favorável aos trabalhadores que, em contrapartida de não questionar a natureza dos regimes capitalistas no ocidente, fruto do acerto entre os aliados, exigiram concessões importantes do capital.

produtividade, realização das mercadorias produzidas³. Contribuía também neste processo a implantação do Estado de Bem Estar Social.

As outras formas institucionais também se constituíram de forma a potencializar este processo. A moeda crédito ajudou a ampliar o consumo e o investimento. Na forma de concorrência, se consolidam monopólios e oligopólios que ampliaram os ganhos de escala. Os imperialismos drenaram recursos do resto do mundo e ampliaram os espaços de valorização do capital através dos investimentos diretos no exterior. O Estado intervencionista atuou diretamente onde os investimentos de longa maturação não interessavam ao capital: garantiu infraestrutura, força de trabalho qualificada e praticou o planejamento indicativo, o que, associado a políticas contracíclicas, garantiu a estabilidade do crescimento econômico. Este combinado ampliou o espaço do gasto público no *Welfare State* e garantiu a legitimidade do Estado e a consequente estabilidade política nos países desenvolvidos.

Um dos problemas da teoria da regulação reside em não estabelecer uma hierarquia de formas institucionais. No nosso entender, o Estado deveria ter uma importância maior por ser a condensação das relações de poder, garantindo os interesses fundamentais da classe hegemônica, sem deixar de lado seu papel legitimador da ordem vigente. Daí sua autonomia relativa ao capital (OSÓRIO, 2004.).

Outro problema é a visão de divisão internacional do trabalho, marcada pela expressão um tanto anódina do modo de adesão ao regime internacional. De certo modo, negligencia as assimetrias do sistema econômico mundial e não fica caracteriza o espaço das burguesias dos países dependentes na sua posição de sócios menores subordinados ao grande capital dos países imperialistas.

A leitura dos expoentes da teoria da regulação nos leva a crer que eles têm a tendência a restringir as possibilidades de transformação às mutações no interior do sistema capitalista. Este viés “harmonicista” levou-os a acreditar que a generalização do toyotismo poderia implicar no enriquecimento do conteúdo do trabalho, devido à suposta autonomia ampliada dos trabalhadores no chão de fábrica. No entanto, uma pesquisa sobre as chamadas manufaturas flexíveis na França (COUTROT, 1998) mostra que a transferência da organização do trabalho toyotista se deu sem as contrapartidas ocorridas nas empresas japonesas⁴.

Já a TMD, especificamente os estudos de Marini (2012a), também são uma aproximação com o mundo concreto. Nesse caso, as assimetrias entre países são consideradas,

³ O repasse da produtividade obrigava o capital a buscar formas de aumentá-la para manter a taxa de lucro em patamares estáveis. O que foi possibilitado pela generalização dos métodos taylor-fordistas.

⁴ No Japão o toyotismo foi uma resposta patronal às fortes lutas dos trabalhadores nos anos 50. A implicação dos trabalhadores no trabalho tinha como contrapartida o emprego vitalício e a possibilidade de carreira na empresa. No ocidente, num quadro de derrota dos trabalhadores, a implicação se obtém através da permanente chantagem do fechamento e transferência do aparelho produtivo, caso certos parâmetros de rentabilidade e, consequentemente, de produtividade não sejam atingidos.

com destaque para a posição subordinada dos países dependentes em relação aos países centrais. Isso não significa que os países dependentes estejam em estágios inferiores em relação aos países do centro do capitalismo, mas que amadurecem de maneiras determinadas pelas suas formas de integração no capitalismo mundial.

As formas de articulação dos países latino-americanos com o imperialismo tendem a ampliar a dependência, processo pelo qual suas economias ajudam as economias desenvolvidas a contrapor a queda da sua taxa de lucro pelo barateamento relativo de suas (dos países latino-americanos) exportações, compensando esta transferência de valor pela superexploração da FT. Essa relação provoca um divórcio entre as fases do ciclo do capital na qual a parte da realização das mercadorias não se dá onde são produzidas, isto é, parte dos insumos e, sobretudo, dos equipamentos vêm dos países desenvolvidos, assim como parte dos insumos e mercadorias são exportados. Essas transações são momentos de transferência de valor das economias periféricas para as centrais.

Marini (2012 a) também enfatiza o fato de alguns países dependentes se constituírem nas suas regiões como subimperialistas, a partir da reestruturação dos sistemas mundiais e fs redivisão permanente do trabalho. De fato, países como o Brasil, que atingiram um certo patamar de desenvolvimento e de financeirização, ainda que mantendo sua dependência com os centros imperialistas, atuam como imperialistas (subimperialistas) em países de menor desenvolvimento dos seus aparelhos produtivos, buscando matérias-primas, implantando empresas, exportando capital.

Esta vocação, que apareceu no Brasil de forma mais nítida na ditadura militar, não perdeu atualidade no período democrático e nos governos autoproclamados progressistas, mesmo no quadro atual de relativa reprimarização da economia. As grandes empresas da construção civil, do petróleo, do agronegócio são ativas em particular na América Latina.

Como foi dito anteriormente, a atuação do Brasil fora de seu território se dá articulado e subordinado com as economias hegemônicas. Tratam-se de práticas que correspondem a uma determinada divisão do trabalho na qual as empresas brasileiras podem ter uma autonomia relativa mas não fogem completamente do seu caráter subordinado às economias centrais.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) atua como ponta de lança do grande capital brasileiro no exterior, financiando os investimentos e projetos desenvolvidos pelas empresas brasileiras à semelhança da atuação do Deutsche Bank, instituição financeira da Alemanha, em relação às empresas alemãs.

De certa forma, há convergência entre os autores regulacionistas e Marini, no sentido de que a inserção no sistema econômico mundial dos países dependentes é diversa, conforme a época e as oportunidades que surgem para as diferentes frações do capital. Engessar a

divisão mundial do trabalho para os países dependentes na condição de produtores de matérias-primas pode não dar conta da dinâmica real; assim como descobrir tendências (produtores de manufaturados de baixa densidade tecnológica) imutáveis pode não corresponder à realidade⁵. A combinação de fatores endógenos e exógenos explica estes movimentos.

Marini, na sua radicalidade, ao contrário dos regulacionistas, analisou as alterações nas articulações de classe e frações de classe que estão por trás das mudanças, sem negligenciar o peso da lógica do capital.

No que se refere ao quadro mais amplo, os elementos e paralelos analisados até o momento sobre a teoria da dependência e a escola da regulação nos parecem suficientes para focarmos no tema que nos interessa neste artigo, que é a questão da reprodução da FT e da distribuição.

A Questão da Distribuição no Capitalismo e da Reprodução da Força de Trabalho

A questão da distribuição, em Marx, é tratada no livro III do Capital (MARX, 2008), num movimento que aproxima sua teoria da realidade concreta. Por exemplo, valor é transformado em preço de produção, mais-valia em lucro etc.

No que se refere à distribuição, a mais-valia, vista como apropriada pelo conjunto da classe capitalista, é distribuída pelas diversas frações do capital. O Estado não aparece pela sua pouca importância econômica na época, o que não retirava sua importância política na reprodução do capital e na garantia da ordem capitalista.

O diagrama representado a seguir representa a distribuição do produto social criado num país em um determinado período (um ano, por exemplo). Advertimos que a magnitude de cada parcela, no diagrama, não guarda relação com o tamanho dos retângulos representados.

Há que se mencionar que se trata de um modelo de produção de mercadorias no qual existem duas classes. Uma é proprietária dos meios de produção e busca maximizar sua taxa de lucro (capitalistas); a outra (trabalhadores) vende sua FT para sobreviver. Na classe capitalista existem frações de classe e proprietários de terra, sendo que cada uma delas tem uma função específica.

⁵ O neoliberalismo e a entrada da China no mercado alterou tendências que pareciam irreversíveis nos anos 70.

Figura 1 – Distribuição do Produto Social

| | |
|---|-----------------------|
| Impostos | |
| RFT | Acumulação de capital |
| Apropriação pelo capital internacional | |
| Renda da terra | |
| Juros – capital financeiro | |
| Lucro e custo do capital comercial | |
| Lucro do capital produtivo – investimento e consumo | |
| RSK | |
| RFT | |

Os termos deste diagrama são os seguintes:

- RFT (Reprodução da Força de Trabalho) - também denominada trabalho necessário, garante a manutenção biológica e moral da classe trabalhadora. Esta parcela é acrescida dos gastos do Estado com elementos de reprodução da FT - os mais óbvios são saúde, educação e previdência (na sequência aprofundaremos essa questão). No modelo marxiano, a FT é quem produz o conjunto da riqueza (produto social) no período.

- RSK (Reprodução Simples do Capital) - são os meios que garantem a reposição do que foi gasto no período em questão.

A soma dos dois primeiros retângulos, se não houver excedente (o resto dos retângulos), garantiria a reprodução simples da economia, sem acumulação; portanto, crescimento zero, o denominado estado estacionário. Os demais retângulos vão constituir o excedente apropriado pelo capital e proprietários de terra (retirada a parte dos impostos).

- Lucro do capital produtivo (LKP) - é a parte do excedente (não vamos esquecer que o valor é criado nesta esfera) apropriado pelos capitalistas do setor produtivo. Uma parte dos lucros se transforma em consumo dessa classe e a outra é reinvestida para a acumulação do capital produtivo. Esses capitalistas abrem mão de parte do valor na esfera por eles comandada porque lhes é conveniente, isto é, tem menos custos que exercer diretamente certas funções.

- Lucro e custo do capital comercial - em raros casos os industriais realizam a venda direta, constituindo sua própria rede de comercialização. Em geral, abrem mão de parte do valor criado na esfera produtiva para que o comércio exerça estas funções, o que implica em custos (salários, instalações etc.) e lucro do capital empregado na realização das mercadorias.

Na forma monetária, por exemplo, o comerciante compra a mercadoria por 100, estabelece uma margem de 50 e vende para o comprador por 150. Na realidade, 150 é o preço que representa o valor criado e o comerciante se apropria de parte deste valor (50) para seus custos e lucro.

- Juros - o capital financeiro existe porque existem agentes que possuem dinheiro e instituições, como os bancos, que centralizam o capital monetário o que permite o início do ciclo do capital⁶. Essas instituições centralizam o capital monetário dos agentes que não o estão empregando produtivamente num determinado momento e o emprestam para capitalistas que necessitam de dinheiro para investir, assim como para os consumidores. O juro é a remuneração do capital monetário mais uma taxa de intermediação das instituições de crédito (*spread*) com a qual garantem os custos de seus serviços e seu lucro.

- Renda da terra - é a parte da mais-valia recebida pelos proprietários de terra, que pode ser rural, quando parte do valor apropriado pelos capitalistas agrários na produção é repassada para os proprietários de terra (ou imputada se o capitalista e o proprietário são a mesma pessoa). Se é terra urbana, será suporte para as atividades comerciais, industriais, habitação ou outras, e o pagamento é pelo seu uso. Em ambos os casos pode ser paga sob forma de aluguel ou comprada (renda da terra capitalizada). Não entraremos em detalhes sobre as rendas diferenciais, como, por exemplo, as rendas decorrentes da fertilidade, acessibilidade aos mercados, etc., no caso rural; ou construtividade, localização etc., no caso urbano.

- Apropriação pelo capital internacional - no caso dos países dependentes, como vimos, parte do valor é capturada na forma de transferência, por diferenciais de produtividade, por remessas de capital (lucros, juros, *royalties*) e situações de monopólio ou monopsonio. Os capitalistas locais tendem a compensar essas perdas pela superexploração da FT, como analisaremos mais adiante.

- O Estado capta a parte da mais-valia sob a forma de impostos que usa para manter seu aparato⁷, e também transfere de forma direta ou indireta recursos para a reprodução do capital através da construção de infraestrutura, subsídios, pagamento de juros; ou para a reprodução da FT, através da seguridade social, saúde, educação, etc.

A Luta de Classes no Processo de Distribuição

A luta de classes tem uma dimensão mais imediata, que se dá principalmente em torno da distribuição do produto, e uma dimensão histórica, quando o nível de organização e

⁶ O ciclo do capital pode ser representado pelo seguinte diagrama: O ciclo começou com dinheiro, que compra as mercadorias produtivas, meios de produção (MP) e força de trabalho (FT). Estas, combinadas no processo produtivo, resultam em M' , que, por sua vez, é realizada através da venda, com a qual se obtém D' . Na medida que só a parte que corresponde ao valor da FT é paga aos trabalhadores (digamos corresponde a 3 horas numa jornada de 8 horas), o restante (5 horas) é apropriado pelos proprietários do capital. A FT é a única mercadoria que produz mais do que ela vale (a cesta de consumo dos trabalhadores). Este excedente denominado mais-valia será distribuído conforme o esquema apresentado. Assim M' é o M mais m ($M' = M + m$), que é a mais-valia na forma mercadoria, que quando vendida será d . Assim, $D' = D + d$. O d é a mais-valia numa forma monetária.

⁷ Para compreender este conceito ver Jaime Osório (2009).

consciência dos trabalhadores os leva a questionar a existência do domínio do capital e postular a transformação do sistema.

Vamos nos deter no primeiro aspecto, embora ambas dimensões sejam relacionadas, pois é na luta pelos seus interesses imediatos que vai se desvendando o caráter da exploração capitalista e os trabalhadores vão adquirindo consciência e organização para, nos momentos de crise sistêmica, colocar em cheque a natureza do regime⁸.

A forma mais imediata é o enfrentamento nas unidades de produção, na luta por salário ou condições de trabalho, isto é, buscando aumentar o valor da FT e diminuindo, portanto, a mais-valia (aumentando, no esquema apresentado, a fatia da RFT). O capital, por outro lado, procura aumentar sua parcela (mais-valia). Existem duas formas: uma é relativa, pelo aumento da produtividade que barateia o custo de consumo dos trabalhadores e diminui o trabalho necessário e, portanto, aumenta a mais-valia; e a outra é a absoluta, pela extensão da jornada de trabalho.

No caso do Brasil, a participação do trabalho e a do capital na renda interna (dados de 2000 a 2006) é mais ou menos equivalente a uma faixa que vai de 45% a 48% para o trabalho e 43% a 45% para o capital (LUCE, 2012), sendo que os 10% que faltam para fechar os 100% são para manutenção das máquinas burocráticas⁹. Outro elemento indicador de superexploração é que 40% dos trabalhadores cumprem jornadas de trabalho de mais de 44 horas, superando a determinação legal (LUCE, 2012).

Certamente, as diferenças entre países têm relação com a produtividade; mas, no nosso entender, não se trata só desta questão. Não podemos descartar a importância da luta de classes ao longo da história de cada país para a definição do valor da FT. Nesse particular, é interessante, como já mencionamos, a análise dos regulacionistas sobre a transformação da relação salarial, em particular no pós-guerra nos países industrializados.

Nos países dependentes, como vimos, o capital, para compensar as transferências de valor para os países industrializados, superexplora os trabalhadores. Achamos relevante, nesse

⁸ Os lutadores sociais não devem considerar as lutas imediatas dos trabalhadores como uma questão menor, ou simplesmente um meio para o “assalto ao céu”. Viver melhor, ter direitos básicos assegurados é um direito humano pelo qual a luta é importante e vale a pena. O problema é que estes direitos são efêmeros e estão sempre sujeitos à regressão. Que o digam os trabalhadores dos países desenvolvidos depois do advento do neoliberalismo e, sobretudo, após a recente crise. Ainda assim, algumas coisas permanecem. Ao mesmo tempo, a existência de uma correlação de forças favorável permitiu avanços mais ou menos duradouros nas políticas sociais. Em Porto Alegre, a administração petista, quando este partido tinha um perfil mais republicano, permitiu-se um conjunto de experiências com grupos sociais extremamente marginalizados. Neste sentido, “realizar uma leitura onde as necessidades básicas são para além das questões estritas a saúde/alimentação, um resgate do atendimento das questões psicológicas, econômicas, sociais, enfim, um redimensionamento levando em conta a ética, a cidadania não como discurso mas orientando uma prática.” (GIUGLIANI, 1996, p. 50). Giugliani chama a atenção para a dimensão ética e para o amplo espectro de questões que podem proporcionar o “bem viver”. Estas não são questões menores e são objetivos em si, mas que só poderão ser realizados de forma ampliada e duradoura numa sociedade para além do capital e radicalmente democrática. Colocar para si o objetivo da transformação da sociedade, qualifica e reforça a luta pelas questões mais imediatas dos seres humanos.

⁹ Para se ter uma ideia comparativa, na França esta proporção é de 60% para o trabalho e 40% para o capital.

aspecto, a discussão sobre a taxa de exploração (taxa de mais-valia)¹⁰ comparada entre países centrais e dependentes, isto é, o tema em si é importante, mas o que nos ocupa neste momento são as condições de vida dos trabalhadores.

Para Marx (2008, p. 649), “quando se comparam os salários de diferentes países, deve ser levado em conta todos os fatores que determinam o valor da FT, tais como: preço e extensão das necessidades elementares da existência humana, naturais e historicamente desenvolvidas [...]”. A dimensão do historicamente desenvolvido é grandemente influenciada pela luta de classes, pelas vitórias e derrotas parciais dos trabalhadores e pela correlação de forças entre as classes.

Constituir a contratação coletiva e dentro dela garantir o repasse dos ganhos de produtividade não foi uma conquista dos trabalhadores brasileiros, por exemplo¹¹. No caso dos trabalhadores americanos, as derrotas impostas pelo neoliberalismo fizeram com que suas condições de vida deteriorassem¹², embora conservem salários superiores aos trabalhadores dos países dependentes. O que há para dizer é que nos países dependentes a superexploração, e o conseqüente fato de condições de vida muito abaixo da média dos países centrais, é estrutural.

A superexploração, por um lado, ao não possibilitar a existência de uma sociedade de consumo de massas, restringe o mercado nacional e, portanto, o crescimento econômico de longo prazo; por outro lado, não se manifesta só na relação mais direta entre o patronato e os trabalhadores, mas também no espaço ocupado pelos gastos públicos em bem-estar social.

Todas estas questões tendem a limitar a mudança qualitativa nas condições de vida dos trabalhadores. Salários baixos não pressionam o capital para ganhos de produtividade, limitam a produção, os ganhos de escala etc.; ao que se acrescenta a dependência que limita a apropriação do valor criado pelos capitais nacionais, que, como vimos, respondem mantendo num baixo nível o valor da FT local¹³.

Esta intervenção é fruto dos movimentos dos trabalhadores e da sociedade civil em geral, que vai criando um padrão de uso da FT, ainda que sua efetividade seja precária. Parte significativa da FT no Brasil está fora do mercado formal de trabalho (em torno de 40%).

¹⁰ A taxa de mais-valia é a relação entre mais-valia e o valor da RFT.

¹¹ A não ser recentemente para a fixação do salário mínimo no Brasil.

¹² A distribuição de renda nos EUA que, antes da segunda guerra, atribuía aos 0,01% mais ricos uma renda 400 vezes maior que a renda média, passou nos anos 70 para 50 vezes, remontando em seguida, em 2002, para o patamar de 300 vezes a renda média nacional. (VALADA, 2012)

¹³ As grandes empresas nacionais e, principalmente, estrangeiras que se encontram num nível de produtividade próximo às suas congêneres nos países desenvolvidos se beneficiam de taxas de exploração e, conseqüentemente, de taxas de lucro superiores à média mundial. Por isso o crescente movimento de realocação da produção em direção aos países dependentes. Reforçam esta condição os benefícios fiscais obtidos pelas empresas. Estudos realizados pela Consultoria IHS, a pedido do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes de Veículos (Sindipeças), afirmou que a margem de lucro das montadoras no Brasil é de 10%, ante a média mundial de 5% (pg.45, Carta Capital, 16 de janeiro de 2013, ano XVIII, nº731).

Além disso, a fiscalização dos direitos é precária, tanto pelos sindicatos como pelos organismos do Estado encarregados de fazer respeitar a regulamentação.

Vamos a seguir trabalhar com dois aspectos da reprodução da FT: serviços de saúde e educação. Nesta mesma perspectiva poderíamos trabalhar outras questões que têm forte presença do Estado no seu financiamento ou regulação, como habitação, infraestrutura urbana, transporte e outros. Não o fazemos para não estender demasiadamente o artigo, mas fica estabelecida a matriz teórica para tratar estas questões.

No que se refere à saúde, não vamos recuperar o histórico da criação do SUS (Sistema Único de Saúde), só vamos registrar que ele foi instituído no bojo do processo constituinte de 1988, num momento culminante de um ciclo de mobilização popular e trabalhista. A partir do seu surgimento, existiu uma luta constante do movimento organizado no sentido de implementá-lo plenamente; no outro polo, os interesses da burguesia e do aparato do Estado, em nome do “realismo orçamentário”, buscam solapá-lo.

Um excelente artigo escrito por Marques e Mendes (2012) dá uma dimensão dos conflitos em torno do financiamento da saúde, e o faz inserindo essa questão no contexto das economias financeirizadas, como a brasileira. Eles mostram o peso do Estado capitalista, que nas suas funções de articulador dos interesses do capital, prioriza suas demandas, no caso do capital financeiro, em detrimento do atendimento das necessidades essenciais dos trabalhadores e da população em geral.

Todos os expedientes, que vão das desvinculações das receitas da União (DRU), lei de responsabilidade fiscal (e irresponsabilidade social), surgidos no governo FHC e que permanecem nos governos Lula e Dilma, à tentativa, impedida pelo movimento organizado de saúde coletiva, de introduzir elementos de despesa indevidos no orçamento da saúde; assim como a não aprovação da PLP 01/2003, que destinava 10% da receita corrente bruta para a saúde, mantêm o SUS numa situação que está longe de cumprir seu objetivo constitucional de “saúde direito de todos, dever do Estado”¹⁴.

Os gastos da União com saúde representaram, em 2011, 4,07% do total dos gastos federais, enquanto que os juros e amortização da dívida pública corresponderam a 45,05%, recursos estes que na sua quase totalidade vão para cerca de 20.000 famílias¹⁵

Em 2012, os gastos com saúde nas três esferas do Estado representaram em torno de 3,31% do PIB. A reivindicação dos movimentos é que se gaste 6% do PIB com saúde, o que seria praticamente o dobro do gasto atual. A União, em particular, vem diminuindo sua participação relativamente às demais esferas de governo: de 59,79% dos gastos totais em

¹⁴ “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” Artigo 196 da Constituição Federal Brasileira.

¹⁵ Dados publicados no caderno de estudos “A dívida pública em debate” da Auditoria Cidadã da Dívida, 2012.

2000 para 44,18% em 2010, apesar dos governos nessa época se dizerem vinculados aos interesses populares.

Na educação o quadro é semelhante. Nas avaliações internacionais de qualidade da educação, o Brasil tem tido resultados pífios. Os movimentos de defesa da educação pública demandam 10% do PIB em gasto com a educação pública, sendo que atualmente esse gasto se situa em torno de 5,5%. No orçamento da União, a educação corresponde a 2,99% dos gastos.

A posição dos movimentos sociais de referenciar os gastos ao PIB é correta, pois ele representa a parte da riqueza criada pelos trabalhadores que a sociedade deseja consagrar para os elementos de reprodução da FT. São as condições de educação e saúde que vão possibilitar a efetiva capacidade produtiva dos trabalhadores, mas mais importante que isto, são essenciais para o bem-estar da população¹⁶.

O Papel dos Impostos na Distribuição Desigual da Renda

No Brasil, tão ou mais injusto que as disparidades dos recursos do Estado é sua origem. Um artigo de Odilon Guedes (2008) publicado no jornal *Le Monde Diplomatique* mostra que os cidadãos com renda até 2 salários mínimos (SM) pagam 48,9% de sua renda sob forma de imposto; ou seja, se nada pagassem, poderiam consumir quase o dobro do que conseguem comprar com sua renda. Enquanto os que ganham acima de 100 SM pagam, em média, 26,3% de sua renda em imposto. O Brasil é uma situação extrema, mesmo entre os países dependentes, onde a carga tributária é mal distribuída em detrimento dos trabalhadores e dos mais pobres. Nesse cenário, a campanha capitaneada pelos empresários e amplamente repercutida pela mídia chega às raias do absurdo. Com o *slogan* “Chega de Imposto!”¹⁷, pretende diminuir a carga tributária no país. Efetivamente, a posição das organizações populares deveria ser “menos imposto para os trabalhadores e mais imposto para os ricos”. Diminuir os impostos que incidem sobre o consumo, em particular dos produtos básicos, aumentar a progressividade sobre o imposto de renda e regulamentar a Imposto sobre Grandes Fortunas que consta na Constituição são medidas que se impõem para corrigir as distorções referidas. Poder-se-ia, ao mesmo tempo, aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores e garantir recursos para o financiamento dos serviços prestados à população.

Considerações Finais

¹⁶ Um cálculo aproximado do PIB *per capita* em 2012 seria de R\$ 22.300. Se a saúde e educação consumissem 16% juntos e 20% fossem os investimentos, sobriam R\$ 14.100 *per capita*, o que dividido por 12 meses representaria R\$ 1.175/mês. Para uma família de 4 pessoas significaria R\$ 4.700/família. A impossibilidade desta divisão é política, não econômica. Estamos simplificando o cálculo porque parte do investimento em serviços públicos são salários, o que implica em possibilidade de rendimentos superiores.

¹⁷ Para mais informações acerca dos segmentos que compõe essa frente, visitar o sítio chegadetantoimposto.org

Ao longo do texto abordamos um tema que é fundamental, no nosso entender, para o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores por uma vida digna e pela transformação da sociedade. Estas duas dimensões da luta de classes estão articuladas e têm sinergia. Parece óbvio que aumentar a compreensão da essência do sistema, que pode surgir com as lutas mais imediatas, auxilia na organização e no aprofundamento da consciência dos trabalhadores, bem como amplia suas possibilidades de construir e lutar por um projeto estratégico transformador.

O que talvez não seja tão óbvio é o oposto; isto é, que a existência de um projeto estratégico transformador interfira nas condições de vida dos trabalhadores. Neste sentido, é interessante observar a situação dos trabalhadores na Europa Ocidental em relação aos seus congêneres dos EUA. Nesse país, o sindicalismo de resultados deixou os trabalhadores mais vulneráveis que seus congêneres europeus, embora a renda *per capita* dos EUA seja superior à média da Europa Ocidental.

O sindicalismo europeu, majoritariamente, foi associado a partidos de esquerda ou reformistas, seja social-democrata, comunista ou social cristão. Isto o fez menos corporativista, o que, articulado às lutas sociais mais amplas, resultou em uma maior rede de proteção social, apesar da regressão neoliberal. Conseguiram, em certo aspecto e de forma mais efetiva, contrapor os direitos humanos aos direitos de propriedade (LEIBOWITZ, 2011).

Outro elemento que julgamos central é a percepção da relação da teoria com o mundo concreto. Efetivamente, tanto a teoria marxista quanto os esforços de construção de mediação e atualização conduzem à compreensão dos fatos dentro de uma totalidade, evitando as manipulações reducionistas da economia *standard* que busca isolar relações que constituem um véu sobre a compreensão da realidade, em particular sobre a natureza do Estado que serve ao capital.

Neste sentido, a Escola da Regulação, em que pese suas insuficiências, propõe uma grade de leitura da realidade que permite compreender a gênese das instituições (enquanto práticas sociais) associadas a um padrão de acumulação, bem como suas possibilidades e crises. A TMD, por sua vez, ressalta as especificidades dos países dependentes, sem perder de vista que estão inseridos no sistema capitalista mundial e, a partir dessas relações, deduz a superexploração dos trabalhadores. A TMD entende o Estado como espaço privilegiado do domínio da classe dominante; ao distinguir Estado e aparato, classe dominante e classe reinante (OSÓRIO, 2009), postulando que o Estado também tem a função de legitimação da ordem capitalista e como tal tem que fazer concessões às chamadas classes populares.

O esquema da distribuição, associado ao exemplo brasileiro, mostra claramente o caráter de classe do Estado capitalista. Embora seu aparato possa ser ocupado por partidos que se reivindicam transformadores, o fato de não enfrentarem os interesses centrais dos

capitalistas não lhes permite se aproximar nem de um padrão republicano, onde alguns elementos de igualdade econômica e de direitos estão materialmente assegurados a todos os cidadãos. A progressividade tributária, o direito à assistência de saúde e educação de qualidade não são garantidos a todos os brasileiros.

Os conflitos que separam as principais forças políticas, que disputam o aparato de Estado e não questionam sua natureza, dizem respeito a uma maior ou menor intervenção do Estado no desenvolvimento capitalista do país ou a uma maior ou menor transferência de recursos para os setores menos favorecidos da população. Essas forças políticas não discordam quanto à arquitetura econômica liberal, principalmente a gestão da moeda, a liberdade de movimentação dos capitais e a ordem tributária, por onde passam os interesses centrais da classe dominante.

O esquema de distribuição mostra para os movimentos sociais e para os trabalhadores que não é só através da luta por salário que se realizam os seus interesses, mas também na disputa pela origem e destino dos recursos públicos. A classe média, referida em prosa e verso pelos porta-vozes do Estado e pela mídia, tem tido acesso a bugigangas efêmeras, mas mora mal, se transporta mal, morre na fila do SUS e seus filhos, muitas vezes, terminam o período escolar como analfabetos funcionais. Também vivem angustiados no ambiente de trabalho, numa empresa autoritária, sem direitos reconhecidos e, se é negro ou pobre, está sujeito à violência cotidiana praticada pela guarda pretoriana do capital, denominada polícia. Não vamos por isso negar as conquistas, fruto da luta dos movimentos organizados. O SUS é ruim, mas existe; a escola é ruim, mas também existe; a reforma agrária não foi realizada, mas existem assentamentos; os sindicatos são limitados mas muitas vezes resistem ao aumento da exploração.

Esta modesta contribuição é para ajudar a luta, por isso recompõe a relação da economia com a política, ajuda a compreensão e o aumento da consciência dos trabalhadores para, talvez um dia, reascender às estrelas.

Referências

BELUZZO, Luiz; ALMEIDA, Júlio. Muito barulho por nada. *Carta Capital*, São Paulo, ano XVIII, n. 731, p. 45, 16 jan. 2013.

BORGES NETO, João Machado. Ruy Mario Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, n. 33, p. 83-104, 2011.

BOYER, Robert. *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

COUTROT, Thomas. *L'entreprise néolibérale, nouvelle utopie capitaliste?* Enquête sur les modes d'organisation du travail. Paris: La Découverte, 1998.

GIUGLIANI, Silvia. *Repensando o trabalho com famílias pobres*. Porto Alegre: Retrato Social PMPA, outubro de 1996.

GRESPLAN, Jorge. As formas de mais-valia: concorrência e distribuição no Livro III d'ó Capital. *Crítica Marxista*, São Paulo, Fundação Editora da UNESP, n. 33, p. 9-32, 2011.

GUEDES, Odilon. Mais para quem tem mais. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, agosto 2008. Disponível em: < <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=226>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

LEIBOWITZ, Michael A. O “elo-chave” do marxismo. *Margem Esquerda*, São Paulo, Boitempo, n. 17, p. 32-54, 2011.

LIPIETZ, Alan. *Miragens e milagres: problemas de industrialização do terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCE, Mathias S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 119-141, 2012.

_____. Brasil: uma nova classe média ou novas formas de superexploração do trabalho? *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: EPSJV - Fiocruz, V.II, nº1, p. 169 –190, abr. 2013.

MARINI, Ruy M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2012a.

_____. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012b, p. 9-32.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O direito universal à saúde em risco: fragilidade histórica do financiamento e as incertezas dos governos Lula. *Análise Econômica*, Porto Alegre, n. especial, p. 35- 58, set. 2012.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MONTENEGRO, Darlan. A separação entre o econômico e político e a questão da democracia no pensamento de Ellen M. Wood. *Crítica Marxista*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, n. 34, p. 110-116, 2012.

OSORIO, Jaime. *Crítica de la economía vulgar: Reproducción del capital y dependencia*. Ciudad de México: UAZ, 2004.

_____. *El Estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2009.

_____. Padrão de Reprodução do Capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla, OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (Orgs.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 34-58.

VALADA, Fernanda. *O neoliberalismo e a classe trabalhadora nos Estados Unidos da América*. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de bacharel em ciência econômicas. 95p. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.